

Cruesp propõe inflação Fipe em duas parcelas

Contra o ataque de Alckmin, o desmonte das universidades e o arrocho salarial!

A negociação salarial com os reitores, realizada nesta quinta-feira, 14/5/2015, foi acompanhada por uma expressiva manifestação de funcionários técnico-administrativos, docentes e estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza, que chegaram à frente da sede do Cruesp após uma passeata pela Avenida Paulista.

Antes que se entrasse no item “Salários”, tema central da reunião, houve uma discussão a respeito do item “Financiamento”, tendo em vista a investida do governo Alckmin, que inseriu no seu projeto de LDO 2016 a expressão “no máximo” antes do percentual de 9,57% do ICMS-QPE. Os reitores disseram ser contrários à iniciativa do governo e que vão tomar medidas para pressioná-lo e aos deputados, para que retirem a expressão “no máximo” e, também, ampliem os recursos, nos moldes que defenderam em 2014. O Fórum apresentou aos reitores um documento contendo as propostas das entidades para a LDO 2016, assinalando as perdas que as universidades vêm sofrendo nos últimos anos (por conta da deconsideração do item Habitação e de outras alíneas do ICMS na base de cálculo do repasse para Unesp, Unicamp e USP) e as emendas que serão enviadas à Assembleia Legislativa.

A proposta salarial

Passado esse ponto, o presidente do Cruesp e reitor da USP, Marco Antonio Zago, disse que os reitores discutiram “longamente” a questão salarial. Registraram reconhecer que as categorias tiveram perdas salariais nos últimos meses e que precisam ser repostas, mas destacaram que é preciso levar em conta a situação de crise financeira das universidades e o panorama econômico do Estado. Neste cenário, propuseram corrigir os salários com base na inflação Fipe do período maio/2014 a abril/2015 (7,21%), em duas parcelas: 4% em maio e 3,09% em dezembro, já aplicado ao 13º salário.

O anúncio da proposta gerou uma série de intervenções por parte dos representantes. Em primeiro lugar, ressaltaram a pertinência da reivindicação apresentada (inflação Dieese de 8,36% + 3% a título de reposição de perdas = 11,6%). Destacaram a insuficiência da proposta dos reitores, frisando que a inflação já corroeu os salários nos 12 meses que passaram. Desta forma, não repô-la integralmente agora, num contexto de inflação crescente,

significará impor um novo prejuízo às categorias.

Os representantes dos sindicatos lembraram, também, que as universidades implantaram um conjunto de medidas danosas a título de “economia” de recursos, como é o caso do enxugamento de pessoal (diminuição de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV; não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões e mortes nas três universidades e no Centro Paula Souza), o descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários



Acima, a passeata desce a Rua Itapeva, rumo à sede do Cruesp. Ao lado, a mesa de negociação

→ técnico-administrativos), a repressão sobre os três segmentos (punições e expulsão de estudantes), a adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), entre outras. Assim, arrochar mais os salários neste momento significará agravar a crise, na medida em que isso vai fragilizar o bem mais precioso das universidades, que são os seus trabalhadores.

Por solicitação da coordenação do Fórum, houve um intervalo de 15 minutos, para que ambas as partes refletissem sobre as argumentações apresentadas. De volta, os reitores reafirmaram a proposta de parcelamento, mas trouxeram a segunda parcela para mais perto: 4% em maio (pagamento no início de junho) + 3,09% em outubro (pagamento em novembro).

Diante deste desfecho e da negativa dos reitores em avançar mais, os representantes sindicais os informaram que levariam a proposta às assembleias de base. Nova reunião entre Fórum e Cruesp ficou agendada para 25/5, às 15 horas, na sede do Cruesp.

Subordinação ao Conselho Universitário da USP

Em meio à discussão, o reitor Zago informou que agendou reunião do Conselho Universitário da USP para o dia 19/5, para levar a proposta do Cruesp à aprovação daquele colegiado. A informação gerou inquietação nos representantes dos sindicatos, que assinalaram ser inaceitável submeter a negociação geral entre Fórum e Cruesp ao Con-

selho Universitário de uma das universidades.

Foi sugerido a Zago que apenas informasse o Conselho da USP sobre a proposta feita pelo Cruesp ao Fórum, respeitando um processo de negociação que ainda está em andamento. Diante da negativa do reitor da USP, o Fórum frisou que, na prática, tal postura pode implodir o papel do Cruesp, na medida em que, assim procedendo, as negociações de data-base das três universidades ficam subordinadas ao reitor e ao Conselho da USP.

Isonomia

A coordenação do Fórum lembrou aos reitores que o item “Salários” contém outros tópicos, além da reposição salarial, como é o caso da equiparação dos pisos dos funcionários técnico-administrativos, preservando as estruturas de carreira. Ficou definido que as partes indicarão seus representantes para compor o Grupo de Trabalho (GT) “Isonomia entre as três universidades”, acordado ao final da greve de 2014, com o objetivo de construir um documento conjunto com definição de conceitos, diretrizes e princípios sobre o tema.

Os nomes do Fórum para este GT e, também, para o recém-criado GT que vai discutir “SPPREV/Aposentadoria/SPPrevcom”, serão enviados ao Cruesp no dia 15/5.

Obs: O áudio da reunião pode ser conferido em:

http://podcast.unesp.br/audios/20150514_Reuniaocruespeforumdasseis.mp3

Os indicativos do Fórum das Seis

Reunidas após a negociação com o Cruesp, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram a proposta inicial apresentada pelos reitores como insuficiente e recomendam às assembleias gerais das categorias que discutam uma eventual contraproposta a ser levada à negociação de 25/5.

As avaliações foram consensuais em assinalar que a questão salarial de funcionários técnico-administrativos e docentes não pode ser avaliada de forma descolada da grave conjuntura que se apresenta, a partir da ofensiva do governador Geraldo Alckmin em seu projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, ao inserir a expressão “no máximo” antes dos 9,57%. Todas as questões em pauta nas universidades – arrocho salarial, demissões, corte de benefícios, suspensão de contratações – podem se agravar ainda mais se a iniciativa do governo estadual se consolidar. A comunidade universitária deve deixar claro que não vai aceitar esse ataque.

Diante desse quadro, o Fórum das Seis indica às categorias que realizem assembleias até 22/5 para discutir e deliberar sobre:

- Greve a partir de 1º de junho: “Contra o ataque de Alckmin, o desmonte das universidades e o arrocho salarial”. Construção de um ato expressivo na Alesp, em data a ser definida.

O Fórum volta a se reunir em 25/5, às 10 horas, para avaliar o retorno das assembleias.

**NEM ARROCHO, NEM DESMONTE!
NENHUM ATAQUE À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA!**

